



ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA CONSTITUIÇÃO DE RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO, PARA A OCUPAÇÃO DE DOIS POSTOS DE TRABALHO, NA CATEGORIA DE FISCAL, DA CARREIRA ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO.

Aviso

1 - Nos termos do artigo n.º 11.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril conjugado com o n.º 2 do artigo 33.º da Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas, doravante designada por LTFP, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, aplicável à Administração Local, torno público que, por meu despacho, datado de 14 de agosto de 2020, no uso da competência que me é conferida pelo artigo 35.º, n.º 2 alínea a) do Anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro e em cumprimento da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião ordinária realizada a 23 de julho de 2020, se encontra aberto o procedimento concursal comum para a constituição de vínculo de emprego público, na modalidade de contrato de trabalho por tempo indeterminado, tendo em vista a ocupação de 2 (dois) postos de trabalho na categoria de Fiscal, da Carreira Especial de Fiscalização, previstos e não ocupados no mapa de pessoal desta Câmara Municipal.

2 – Reserva de recrutamento: o Município de Macedo de Cavaleiros, enquanto entidade pública empregadora, na carreira profissional e área referenciada destes postos de trabalho não tem constituídas reservas de recrutamento.

3 – Consultas externas:

3.1 – O Município encontra-se dispensado de consultar a Direção-Geral dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA), no âmbito do procedimento prévio de recrutamento de trabalhadores em situação de valorização profissional (anterior regime de requalificação), conforme solução interpretativa uniforme da Direção Geral das Autarquias Locais, datada de 15 maio de 2014, homologada pelo Senhor Secretário de Estado da Administração Local, 15 de julho de 2014.

3.2 – Nos termos dos artigos 16.º e 16.º-A do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 03 de setembro, foi consultada a CIM-TTM – Comunidade Intermunicipal Terras de Trás-os-Montes, enquanto Entidade Gestora da Requalificação nas Autarquias Locais (EGRA), tendo esta, em 12 de agosto de 2020 prestado a seguinte declaração: “...esta Comunidade Intermunicipal ainda não constituiu a Entidade Gestora da Requalificação nas Autarquias (EGRA)”.

4 – Legislação aplicável ao procedimento concursal: ao presente procedimento concursal são aplicáveis, designadamente, a Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, doravante designada por LTFP, o Decreto-Lei n.º 114/2019, de 20 de agosto, a Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, doravante designada por Portaria, o Decreto-Lei n.º 29/2001, de 03 de fevereiro, a Portaria 1553-C/2008, de 31 de dezembro e Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro.

5 – Prioridade no recrutamento: o recrutamento far-se-á de acordo com o artigo 29.º da Portaria.

6 – Prazo de validade do procedimento concursal: com base no disposto no artigo 30.º da Portaria, o procedimento é válido até ao preenchimento dos postos de trabalho a ocupar e, quanto à reserva de recrutamento que dele, eventualmente resulte, é válido pelo prazo máximo de 18 meses, contado da data da homologação das listas de ordenação e classificação final.

7 – Caracterização dos postos de trabalho a ocupar:

A caracterização do posto de trabalho corresponde ao conteúdo funcional constante no n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 114/2019, de 20 de agosto, e à execução especificamente das seguintes atividades: Verificação e acompanhamento, no terreno, das situações reportadas pelos municípios, assegurando o cumprimento das normas legais e regulamentares; Verificação e fiscalização preventiva no terreno; Análise de reclamações, queixas e requerimentos apresentados; Informação sobre as irregularidades verificadas, prevenindo riscos e perigos para a saúde, segurança e integridade de pessoas e bens; Pesquisa de informações geográficas e de identificação de pessoas e bens; Produção de informações de natureza técnica, no âmbito dos processos de fiscalização; Elaboração de propostas de atos e ações a praticar com vista ao prosseguimento dos processos de fiscalização; Elaboração de informações de serviço, com registo fotográfico; Redação e execução de Autos de Embargo com deslocação às obras; Verificação do cumprimento da ordem de Embargo e/ou demolição; Elaboração de Autos de Posse Administrativa; Execução de Posses Administrativas; Elaboração de certidões de notificação pessoal; Verificação do cumprimento de notificações e comunicações legalmente determinadas; Atendimento telefónico e presencial; Prática de outros atos instrumentais no âmbito dos processos de fiscalização; Elaboração de autos de notícia, de contraordenação ou transgressão por infração das normas legais e regulamentares; Prática de outros atos no domínio das competências de atuação da unidade orgânica, conjugado com o que consta do

anexo a que se refere o n.º 1 do artigo 86.º da LTFP para a carreira e categoria de Fiscal – grau de complexidade funcional 2.

8 – Local da prestação de trabalho: área do Concelho de Macedo de Cavaleiros.

9 – Posicionamento remuneratório: Conforme artigo 5.º do Decreto-lei n.º 114/2019 de 20 de agosto.

10 – Requisitos de admissão: ao presente procedimento concursal poderão concorrer indivíduos que, até ao termo do prazo fixado para a apresentação das candidaturas reúnam os seguintes requisitos:

10.1 – Requisitos gerais: os previstos no artigo 17.º da LTFP, a saber:

- a) Terem nacionalidade portuguesa, quando não dispensada pela Constituição da República Portuguesa, convenção internacional ou lei especial;
- b) Terem 18 anos de idade completos;
- c) Não estarem inibidos do exercício de funções públicas ou interditos para o exercício das funções a que se candidatam;
- d) Possuírem robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções;
- e) Terem cumprido as leis de vacinação obrigatória.

10.2 – Requisitos habilitacionais:

– 12.º ano de escolaridade, não sendo possível substituir as habilitações exigidas por formação ou experiência profissional.

10.3 – Os candidatos possuidores de habilitações literárias obtidas em país estrangeiro, sob pena de exclusão, deverão apresentar, em simultâneo, documento comprovativo das suas habilitações correspondentes ao reconhecimento das habilitações estrangeiras previstas pela legislação portuguesa aplicável.

10.4 – O período experimental rege-se pelas disposições aplicáveis constantes nos artigos 6.º e 7.º do Decreto-Lei n.º 114/2019, de 20 de agosto, com duração de seis meses ou duração do curso de formação específico, caso este seja superior.

10.5 – Não podem ser admitidos candidatos que, cumulativamente, se encontrem integrados na carreira, sejam titulares da categoria e, não se encontrando em mobilidade, ocupem postos de trabalho previstos no mapa de pessoal desta Câmara Municipal idênticos aos postos de trabalho para cuja ocupação se publicita este procedimento.

previstos no mapa de pessoal desta Câmara Municipal idênticos aos postos de trabalho para cuja ocupação se publicita este procedimento.

11 – Candidaturas: a formalização de candidaturas é feita através do “Formulário de Candidatura ao Procedimento Concursal”, de utilização obrigatória, disponível na página eletrónica, em www.cm-macedodecavaleiros.pt – município – gestão de recursos humanos – recrutamento.

11.1 – Entrega de candidaturas: as candidaturas poderão ser entregues pessoalmente no Setor de Arquivo Municipal e Expediente Geral da Câmara Municipal, no horário de atendimento ao público, sito nos Paços do Concelho, Jardim 1.º de maio, 5340-218 Macedo de Cavaleiros, todos os dias úteis, das 09h00 às 12h30 e das 13h30 às 17h00, sendo emitido recibo no ato da receção da candidatura ou remetidas por correio registado, com aviso de receção, para o mesmo endereço, até ao termo do prazo fixado.

11.2 – Prazo das candidaturas: 10 dias úteis a contar da data da publicação do aviso (extrato) no Diário da República (www.dre.pt).

11.3 – Não são admitidas candidaturas remetidas por via eletrónica, considerando-se estas, a verificarem-se, como inexistentes.

11.4 – O formulário de candidatura terá de ser assinado e deverá ser acompanhado, obrigatoriamente e sob pena de exclusão, dos seguintes documentos:

- a) Documentos comprovativos da posse dos requisitos gerais de admissão, os quais, nesta fase, se encontram dispensados de entrega, desde que o(a) candidato(a) declare, sob compromisso de honra, no formulário de candidatura, possuí-los;
- b) Fotocópia legível do documento comprovativo das habilitações literárias;
- c) Currículo profissional detalhado (CV), datado e assinado, acompanhado dos documentos comprovativos dos factos relatados ao nível da formação profissional e da experiência profissional que considere pertinentes para este procedimento concursal. A não comprovação dos factos relatados implica não serem considerados;
- d) Para os candidatos titulares de uma relação jurídica de emprego público, declaração emitida pelos serviços competentes, atualizada, da qual conste: a relação jurídica de emprego público detida; a carreira e categoria de que seja titular; antiguidade na carreira e no exercício de funções públicas com atividade que executa, em conformidade com o estabelecido no mapa de pessoal aprovado; o órgão ou serviço onde exerce funções e a posição remuneratória detida;
- e) Para os candidatos titulares de uma relação jurídica de emprego público, declaração de avaliação desempenho (qualitativa e quantitativa) no exercício de funções públicas obtida nos biénios

2013/2014, 2015/2016 e 2017/2018 ou a declaração da sua inexistência, bem como a indicação da carreira onde foi efetuada a avaliação;

f) Quaisquer outros documentos que o(a) candidato(a) entenda apresentar por considerar relevantes na apreciação da candidatura.

11.5 – Os candidatos que exerçam funções na Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros ficam dispensados da apresentação de fotocópia dos documentos comprovativos dos factos indicados no currículo desde que expressamente refiram que os mesmos se encontram arquivados nos respetivos processos individuais, devendo fazer essa menção no formulário de candidatura.

11.6 – Nos termos do artigo 20.º, n.º 8, alínea a) da Portaria, a não apresentação dos documentos comprovativos da reunião dos requisitos legalmente exigidos que impossibilitem a admissão ou a avaliação dos candidatos, determina a exclusão do procedimento concursal.

11.7 – Ao abrigo do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 03 de fevereiro, os candidatos com deficiência, com um grau de incapacidade igual ou superior a 60%, estão dispensados da apresentação imediata dos documentos comprovativos da deficiência, bem como os meios ou condições especiais que necessitem para a realização de algum ou alguns métodos de seleção.

11.8 – Em caso de dúvida sobre a situação que descreva no curriculum profissional, assiste ao júri a faculdade de exigir, aos candidatos, a apresentação de outros elementos comprovativos das suas declarações. Em caso algum, os candidatos ou o júri podem juntar documento obrigatório que não conste da instrução inicial da candidatura.

11.9 – As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas por lei e a apresentação de documento falso determina a participação à entidade competente para efeitos de procedimento disciplinar e/ou penal.

12 – Métodos de seleção:

12.1 – Nos termos do artigo 36.º, n.º 1 e 2 da LTFP e do artigo 5.º da Portaria, neste procedimento, os métodos de seleção a aplicar são os seguintes:

a) Prova Escrita de Conhecimentos (PEC), Avaliação Psicológica (AP) e Entrevista Profissional de Seleção (EPS) para os candidatos sem vínculo ou candidatos com vínculo, mas sem identidade funcional, ou seja, candidatos que estejam a cumprir ou a executar diferente atribuição, competência ou atividade caraterizadoras do posto de trabalho em causa; ou

b) Avaliação Curricular (AC) e Entrevista de Avaliação de Competências (EAC) para os candidatos com vínculo e com identidade funcional, ou seja, candidatos que estejam a cumprir ou a executar a atribuição, competência ou atividade caraterizadoras do posto de trabalho em causa, bem como para

os candidatos em situação de requalificação, caso existam opositores, que imediatamente antes, tenham desempenhado aquela atribuição, competência ou atividade.

12.2 – Nos termos do artigo 36.º, n.º 3 do Anexo à LTFP, os candidatos referidos na alínea b) do ponto anterior podem, por escrito, afastar a aplicação dos métodos de seleção de Avaliação Curricular e Entrevista de Avaliação de Competências, devendo fazer expressamente essa opção por escrito no formulário de candidatura, caso em que se aplicará, em substituição, os métodos de seleção Prova de Conhecimentos, Avaliação Psicológica e Entrevista Profissional de Seleção.

13 – Descrição dos métodos de seleção:

13.1 – Prova Escrita de Conhecimentos (PEC): visa avaliar os conhecimentos académicos e/ou profissionais e a capacidade para aplicar os mesmos a situações concretas no exercício da função, incluindo o adequado conhecimento da língua portuguesa. A prova será valorada de 0 a 20 valores com expressão até às centésimas e versará sobre temáticas, cujos diplomas legais e demais documentos podem ser consultados, desde que não anotados e sejam apresentados em suporte de papel.

13.1.1 Programa da PEC: a prova consistirá em questões a formular com base na legislação a seguir indicada, devendo considerar-se todas as atualizações e alterações em vigor que, entretanto, lhe tenham ou venham a ser efetuadas até à data da realização da prova.

Legislação:

- Lei n.º 1/2005, de 12 de agosto – Constituição da República Portuguesa
- Lei n.º 35/2014, de 20 de junho – Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas
- Decreto-Lei n.º 209/2009, de 03 de setembro – adaptação à administração local da LTFP
- Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro – Código do Trabalho
- Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Regime Jurídico das Autarquias Locais
- Decreto-Lei n.º 4/2015 de 7 de janeiro – Código do Procedimento Administrativo
- Acordo coletivo de trabalho n.º 1/2009
- Regulamento da Organização da Estrutura Interna dos serviços da Câmara Municipal, publicado no *Diário da República* n.º 22, 2.ª série de 21/01/2018
- Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro- RJUE – Regime Jurídico da Urbanização e Edificação
- Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, Lei-Quadro das Contraordenações Ambientais
- Regulamento Municipal Urbanístico e de Compensações de Macedo de Cavaleiros, publicado no *“Diário da República, 2.ª série — N.º 24 — 2 de fevereiro de 2018”*.
- Regulamento do Plano Diretor Municipal de Macedo de Cavaleiros publicado no *“Diário da República, 2.ª série — N.º 190 — 29 de setembro de 2015”*.

13.1.2 - Duração da PEC: 90 minutos, com mais 30 minutos de tolerância.

13.1.3 - Os candidatos que compareçam à PEC com um atraso superior a 15 minutos, relativamente à hora referida na convocatória, não poderão realizar o método de seleção, considerando-se como não comparência à realização deste método de seleção.

13.2 – Avaliação Psicológica (AP): visa avaliar, através de técnicas de natureza psicológica, aptidões, características de personalidade e competências comportamentais dos candidatos e estabelecer um prognóstico de adaptação às exigências do posto de trabalho a ocupar, tendo como referência o perfil de competências previamente definido.

13.2.1 – Como resulta do disposto no artigo 9.º, n.º 3, alínea b) da Portaria, a Avaliação Psicológica é valorada da seguinte forma: Elevado (20 valores), Bom (16 valores), Suficiente (12 valores), Reduzido (8 valores), e Insuficiente (4 valores).

13.3 Entrevista Profissional de Seleção (EPS): visa avaliar a experiência profissional e os aspetos comportamentais dos candidatos, nomeadamente relacionados com a capacidade de comunicação e de relacionamento interpessoal.

13.3.1 - Como resulta do disposto no artigo 9.º, n.º 5 da Portaria, a Entrevista de Avaliação de Competências é valorada da seguinte forma: Elevado (20 valores), Bom (16 valores), Suficiente (12 valores), Reduzido (8 valores), e Insuficiente (4 valores).

13.3.2 – Os candidatos que compareçam à EPS com atraso superior a 05 minutos, relativamente à hora referida na convocatória, não poderão realizar o método de seleção, considerando-se como não comparência à realização deste método de seleção.

13.4 – Avaliação Curricular (AC): visa analisar a qualificação dos candidatos, designadamente a habilitação académica, complementar ou profissional, percurso profissional, relevância da experiência adquirida e da formação realizada, tipo de funções exercidas e avaliação de desempenho obtida.

13.4.1 Na AC serão considerados os seguintes parâmetros: Habilitação Académica (HAB), Experiência Profissional (EP), Formação Profissional (FP) e Avaliação de Desempenho (AD), apenas sendo contabilizados os elementos relativos às habilitações, formação e experiência na área do posto de trabalho que se encontrem devidamente concluídos e documentalmente comprovados.

13.4.2 – Como resulta do disposto no artigo 9.º, n.º 4 da Portaria, a Avaliação Curricular de cada candidato é expressa numa escala de 0 a 20 valores, com valoração até às centésimas, sendo a

classificação obtida através da soma ponderada das classificações dos elementos a avaliar, sendo refletida numa ficha de avaliação curricular. $AC = (HAB + EP + FP + AD)$.

13.5 – Entrevista de Avaliação de Competências (EAC): visa obter, através de uma relação interpessoal, informações sobre comportamentos profissionais diretamente relacionados com as competências consideradas essenciais para o exercício da função, incidindo na avaliação das competências comportamentais identificadas no Perfil de Competências.

13.5.1 - Como resulta do disposto no artigo 9.º, n.º 5 da Portaria, a Entrevista de Avaliação de Competências é valorada da seguinte forma: Elevado (20 valores), Bom (16 valores), Suficiente (12 valores), Reduzido (8 valores), e Insuficiente (4 valores).

14 – Classificação Final (CF):

14.1 – Cada um dos métodos de seleção é eliminatório, pela ordem constante do presente aviso, considerando-se excluído do procedimento: (i) o candidato que não compareça à realização do método para o qual for notificado ou (ii) o candidato que obtenha uma valoração inferior a 9,5 valores, não lhe sendo aplicado o método de seleção seguinte.

14.2 – A Classificação Final (CF) será expressa numa escala de 0 a 20 valores, com valoração até às centésimas, sendo a valoração obtida através da soma ponderada das classificações obtidas em cada método de seleção identificados e resultarão das seguintes fórmulas:

a) Candidatos sem vínculo ou com vínculo, mas sem identidade funcional:

$$CF = PEC \times 45\% + AP \times 25\% + EPS \times 30\%$$

b) Candidatos com vínculo e com identidade funcional:

$$CF = AC \times 60\% + EAC \times 40\%$$

Sendo que:

CF = Classificação Final

PEC = Prova Escrita de Conhecimentos

AP = Avaliação Psicológica

AC = Avaliação Curricular

EAC = Entrevista de Avaliação de Competências

15 – A publicitação dos resultados obtidos em cada método de seleção é efetuada através de lista, ordenada alfabeticamente, afixada em local visível público das instalações da entidade empregadora pública e disponibilizada na sua página eletrónica.

16 – Critérios de ordenação preferencial: em caso de igualdade de valoração na classificação final, os critérios de preferência a adotar são os previstos no artigo 27.º da Portaria.

16.1 – Nos casos em que, após aplicação do artigo 27.º da Portaria, subsistam empates entre os candidatos, serão aplicados os seguintes critérios de desempate, de forma decrescente:

Maior tempo de experiência profissional comprovada e em função da conclusão há mais tempo das habilitações exigidas no presente aviso.

17 – Para a realização dos métodos de seleção, os candidatos admitidos são convocados nos termos do artigo 24.º da Portaria por uma das formas aí previstas e indicada no formulário de candidatura, com indicação do local, data e horário em que os mesmos devam ter lugar.

18 – Para os efeitos do artigo 22.º da Portaria, os candidatos excluídos são notificados por uma das formas previstas no artigo 10.º da Portaria e indicada no formulário de candidatura, com vista à realização da audiência dos interessados nos termos do Código do Procedimento Administrativo.

19 – As atas do júri, onde constam os parâmetros de avaliação, a ponderação de cada um dos métodos de seleção a utilizar, grelha classificativa e o sistema de classificação final são definidos em momento anterior à publicitação do procedimento e publicitadas na página eletrónica da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros.

20 – A lista unitária de classificação final, após homologação, será afixada em local visível e público nos Paços do Concelho da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros e disponibilizada na página eletrónica, sendo, ainda, publicado um aviso na 2.ª série do Diário da República com informação sobre a sua publicitação.

21 – Composição do Júri:

O júri do procedimento será o seguinte:

Presidente: Cristina Maria Pires Ferreira, Chefe da Divisão de Ambiente e Gestão Territorial

Vogais efetivos: (1) Paulo Jorge Vílares dos Santos, Chefe da Divisão de Obras Municipais (2) Sandra Catarina Abrunhosa Pereira, Técnica Superior

Vogais suplentes: (1) Jorge Manuel Martins Guerreiro, Técnico Superior (2) João dos Santos Rodrigues Martins, Chefe da Divisão Jurídica e Administrativa

21.1 – Substituição: o 1.º vogal efetivo substituirá o presidente do júri nas suas faltas e impedimentos.

22 – Regime do período experimental: o júri do procedimento concursal é simultaneamente o júri do período experimental.

23 – Candidatos com deficiência:

Em cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de fevereiro, para os candidatos com deficiência, com grau de incapacidade de grau igual ou superior a 60% e, nos termos do artigo 3.º, n.º 3, os candidatos em causa têm preferência em igualdade de classificação, a qual prevalece sobre qualquer outra preferência legal. Estes devem declarar no requerimento de admissão, sob compromisso de honra, o respetivo grau de incapacidade, o tipo de deficiência e os meios de comunicação/expressão a utilizar no processo de seleção, nos termos dos artigos 6.º e 7.º do diploma legal mencionado.

23.1 – Nos termos do disposto no artigo 14.º, n.º 2, alínea f) da Portaria compete ao júri verificar a capacidade dos candidatos com deficiência para exercerem as funções inerentes ao posto de trabalho nos termos da legislação em vigor.

24 – Nos termos do Despacho Conjunto n.º 373/2000, publicado no Diário da República, n.º 77, 2.ª série, de 31 de março de 2000, faz-se constar a seguinte menção: “ Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação”.

25 – Os dados pessoais que irão ser recolhidos destinam-se exclusivamente aos fins do presente procedimento concursal.

Macedo de Cavaleiros, Paços do Concelho, 14 de agosto de 2020

O Presidente da Câmara Municipal,


Benjamim do Nascimento Pereira Rodrigues